

3 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam das actas n.ºs 1 das reuniões dos respectivos júris, sendo facultadas aos candidatos quando solicitadas.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao respectivo presidente do júri e entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Braga (Departamento de Recursos Humanos), edifício do Convento do Pópulo, 4704-514 Braga, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso.

4.2 — Do requerimento, cujo modelo facultativo poderá ser obtido no Departamento de Recursos Humanos ou através do site www.cm-braga.pt, deverá constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, residência, telefone, número fiscal de contribuinte, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;

b) Concurso a que se candidata, com indicação da data do presente aviso;

c) Indicação da actual carreira e categoria e da data da respectiva nomeação;

d) Indicação das classificações de serviço legalmente exigidas.

4.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados do currículo profissional datado e assinado.

4.4 — Os candidatos não pertencentes ao quadro deste município deverão fazer prova, mediante declaração emitida pelo serviço de origem, da natureza do vínculo que possuem à função pública, da antiguidade de serviço na categoria e na carreira e das classificações de serviço, sob pena de exclusão.

4.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

5 — A relação dos candidatos admitidos bem como a lista de classificação final serão afixadas nos locais de estilo do município, sem prejuízo do cumprimento do previsto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611007594

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Aviso n.º 7979/2007

Discussão pública — Processo n.º 1417/06 — SPO — Alteração ao alvará de loteamento n.º 674

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada pelo despacho n.º 92/2005, de 19 de Dezembro, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de alteração da licença da operação de loteamento a que se refere o alvará n.º 674, sito na Quinta da Bicuda, Rua do Tordos, lote A-9, freguesia de Cascais, requerido por Nuno Pedro e Silva Inocêncio, na qualidade de proprietário do lote A-9, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob a ficha n.º 08266/151100.

Consiste na alteração do polígono máximo de implantação e subida da cota de soleira em 0,86 m, no citado lote A-9.

Mantêm-se os restantes parâmetros do alvará inicial.

Durante o período de discussão pública que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo n.º U-1417/2006 estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos, das 9 às 13 horas e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, os quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia da Cascais, nos Paços do Concelho e no local objecto do loteamento.

23 de Março de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*.

2611007459

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Aviso n.º 7980/2007

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 11 de Abril de 2007 e na sequência do concurso interno de acesso geral para o preenchimento de duas vagas de pintor principal, do grupo de pessoal operário qualificado, do quadro de pessoal desta autarquia, a que se refere o aviso de abertura publicado na 3.ª série do *Diário da República*, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005, e cuja lista de classificação final foi afixada no placard do edifício dos Paços do Município em 9 de Março de 2007, foram nomeados pintor principal, do grupo de pessoal operário qualificado, os candidatos José Fernando Barbosa Santos e Augusto Moreira Peixoto.

Os candidatos nomeados deverão assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*. [A presente nomeação não está sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto].

17 de Abril de 2007. — A Vereadora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação do Presidente da Câmara, *Maria Germana de Sousa Rocha*.

2611007413

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso n.º 7981/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda Virgílio Edgar Garcia Bento, no uso de delegação de competência, de 12 de Abril de 2007, é renovado, a partir de 27 de Junho de 2007, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnica superior de 2.ª classe na área de línguas e literaturas modernas, nos termos do estabelecido no artigo 140.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com Ana Margarida de Faria Pires Pinto Proença, escalão 1, índice 400.

19 de Abril de 2007. — O Vereador, *Virgílio Edgar Garcia Bento*.

2611007732

Aviso n.º 7982/2007

Torna-se público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda Vítor Manuel Fazenda dos Santos de 10 de Abril de 2007, no uso de delegação de competências, e nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, em conjugação com o n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, por mais um ano, com Joaquim Araújo Gonçalves, na categoria de trolha, com efeitos a partir de 11 de Maio de 2007. (Processo isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2007. — O Vereador, *Vítor Manuel Fazenda dos Santos*.

2611007793

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 7983/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, respeitante ao projecto para loteamento de um terreno sito na Torralta, freguesia de Santa Maria, Lagos, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3 da secção M e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o n.º 02472/221098, da respectiva freguesia, cuja requerente é TROIA-RESORT — Investimentos Turísticos, S. A., com sede em Tróia, Carvalhal, Grândola.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade,